



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA
ASSESSORIA JURÍDICA**

Origem: EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º DV00006/2026
CHARLES GOMES DE OLIVEIRA

Assunto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de inclusão e gerenciamento de conteúdos, manutenção técnica, hospedagem e atualização evolutiva do Site Institucional do Poder Legislativo da Câmara Municipal de Baraúna/PB, abrangendo: (i) layout das telas (interface e identidade visual); (ii) modelagem/adequação do banco de dados; (iii) programação, suporte e correções; e (iv) manutenção e atualização contínua da plataforma Portal Modelo, visando assegurar funcionamento estável, segurança, disponibilidade e atualização permanente das informações institucionais.

Interessados: Câmara Municipal de Baraúna e: 58.740.186 RAYSSA NATHALLY DA SILVA.

Anexo: Exposição de motivos correspondente e seus elementos, inclusive a minuta do respectivo contrato.

P A R E C E R

Analizada a matéria, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e observado o teor dos documentos e informações apresentados, esta Assessoria Jurídica é de parecer favorável ao reconhecimento da situação de Dispensa de Licitação, como se contém no despacho de acolhimento exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, o qual está de acordo com o Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21.

Quanto à formalização do processo, restou demonstrado o atendimento dos requisitos exigidos no Art. 72, da Lei 14.133/21; estando devidamente instruído, inclusive, dos seguintes elementos: documento de formalização de demanda; estudo técnico preliminar contendo, ainda, a análise de risco; termo de referência; estimativa da despesa definida por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; razão da escolha do contratado; justificativa de preço; e autorização da autoridade competente.

Esta Assessoria Jurídica esclarece, ainda, que deverá ser juntada aos autos a documentação da comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária e, conforme o disposto no parágrafo único do Art. 72, da Lei 14.133/21, deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato celebrado; observadas as disposições do referido diploma legal.

. - PB, 13 de Fevereiro de 2026.

WESLEY HUDSON CLAUDINO SANTOS

Assessor Jurídico
OAB-PB 31.192